

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização;

(19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Claudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont’Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o dialogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ , Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

## APRESENTAÇÃO

Os artigos apresentados no grupo DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS IV, quando do ensejo da realização do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, na belíssima cidade de João Pessoa-PB, nos dias 05 a 08 de novembro de 2014, demonstram relevância científica e inserção social. Na exposição oral dos trabalhos houve a inserção de alunos de graduação, mestrado e doutorado, além de professores e pesquisadores, o que reafirma - porque é de conhecimento notório - que o CONPEDI é um espaço acadêmico que enriquece, dinamiza e oxigena os cursos de pós-graduação *stricto sensu* mediante o debate de temas atuais que desafiam a pesquisa científica brasileira e internacional.

O CONPEDI é o *locus* onde há a exposição de diversas pesquisas sobre temáticas contemporâneas que afetam as conjunturas sociais, econômicas e políticas mediadas pelo direito. Neste sentido, as teses defendidas pelos expositores nos artigos e os consequentes debates críticos demonstram que os Grupos de Trabalho são uma referência fundamental para aperfeiçoamento acadêmico e cívico.

No Grupo de Trabalho os temas foram de perfeita aderência à temática principal: DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Metodologicamente, o tema participação popular foi objeto dos seguintes artigos: "a política urbana brasileira e o papel do plano diretor no desenvolvimento das cidades: a participação popular na construção de políticas públicas" (Cristiane Elias de Campos Pinto e Gabriela Soldano Garcez); "democracia participativa nas comunidades tradicionais e os instrumentos públicos de eficácia" (Thiago Silva De Souza Nunes); "a instrumentalização dos direitos humanos a partir de políticas de participação cidadã" (Guadalupe Souza Satiro e Veronica Teixeira Marques).

A função social da propriedade foi objeto dos artigos "a função social da propriedade urbana e da cidade no direito brasileiro e no atual contexto latino-americano (Marlene Kempfer e Philippe Antônio Azedo Monteiro); "desigualdade de oportunidades: os reflexos da segregação socioespacial na cidade do natal" (Pedro Ítalo dos Santos Galvão); "pinheirinho: um estudo de caso para pensar as interfaces do direito à moradia adequada (Milena de Mayo Ginjo).

As políticas públicas foram refletidas pelos artigos "escolhas trágicas, mínimo existencial e direito fundamental à saúde", (Iracema de Lourdes Teixeira Vieira e Frederico Antonio Lima de Oliveira); "o direito à assistência social enquanto política pública: gênese, trajetória, construção e contradições de um direito", (José Ricardo Caetano Costa e Ana Maria Correa Isquierdo);

"Legalidade da internação compulsória para tratamento de dependentes químicos", (Francislaine de Almeida Coimbra Strasser e Jurandir José Dos Santos); "o direito à educação inclusiva: a construção de uma realidade sócio- jurídica igualitária" (Daniela Donato); "o entrelaçamento da lei da política nacional de resíduos sólidos e da lei da política nacional da educação ambiental na humanização do direito social do trabalho" (Simone Alves Cardoso e Adriana Machado Yaghsisian); "parceria público-privada: alternativa para a efetivação de políticas públicas e para a concretização dos direitos fundamentais sociais (Gustavo Brígido Bezerra Cardoso e Gina Vidal Marcilio Pompeu), "políticas públicas e o novo paradigma da guarda civil municipal na segurança pública" (Maria Angélica Chichera dos Santos); "reflexos do I plano nacional de políticas para as mulheres no município de João Pessoa-PB" (Eddla Karina Gomes Pereira); "saúdes pública e privada e relações de consumo: uma análise constitucional e civilística de responsabilidades estatais, pré e pós-contratuais no Brasil" (Luigi Bonizzato e Flávio Alves Martins); "o princípio da isonomia salarial dos médicos cubanos frente ao programa mais médicos" (Angelo Solano Cattoni e Sandra Mara Maciel de Lima); "o programa "mais médicos para o Brasil" é inconstitucional?" (Vinicius Pacheco Fluminhan e José Antonio Remédio); "os fundamentos da proteção a criança e ao adolescente em conflito com a lei e a aparente quebra do princípio da igualdade" (Fabiana Junqueira Tamaoki Neves e Maria Priscila Soares Berro); "direito à alimentação: direito de estar livre da fome e à alimentação adequada" (Leonardo de Abreu Pitoni e Viviane Gonzaga Vitorino).

Houve, ainda, a exposição dos trabalhos "a solidariedade na sociedade de risco" (Cristiano Correia e Silva) e "as teorias de justiça contemporâneas: desigualdades e capacitações" (Rodrigo Dal'Forno de Camargo e Karen Beltrame Becker Fritz).

Finalmente, cabe registrar que os artigos sistematizados neste livro podem ser acessados por toda comunidade acadêmica e serão de grande utilidade para o incremento da pesquisa jurídica nacional.

Dr. Manoel Messias Peixinho

Dr. José Washington de Moraes Medeiros

Dr. Alexandre Henrique Salema Ferreira